

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 11 de março de 2014.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de reais)

	Contro- ladora	Conso- lidado
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	1.152	26.481
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....		48.713
Estoque (Nota 7).....		22.296
Outros ativos.....		682
	<u>1.152</u>	<u>98.172</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira (Nota 8).....		18.690
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....		488.315
		507.005
Investimento (Nota 10).....	63.105	
Imobilizado.....		47
	<u>63.105</u>	<u>507.052</u>
Total do ativo.....	64.257	605.224

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Contro- ladora	Conso- lidado
Circulante		
Empréstimos (Nota 11).....		4.514
Devedores (Nota 11).....		3.955
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 12).....		7.456
Obrigações sociais e trabalhistas.....		712
Impostos, taxas e contribuições.....	44	594
	<u>44</u>	<u>17.230</u>
Não circulante		
Empréstimos (Nota 11).....	59.930	361.325
Devedores (Nota 11).....		98.741
Tributos diferidos (Nota 13).....		124
Tributos sobre contraprestação (Nota 13).....		60.418
	<u>59.930</u>	<u>520.606</u>
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social.....	1.031	1.031
Reserva de Lucros.....	3.252	3.252
	<u>4.283</u>	<u>4.283</u>
Participação dos não controladores.....		63.105
	<u>4.283</u>	<u>67.388</u>
Total do passivo e patrimônio líquido.....	64.257	605.224

Demonstrações dos resultados
Período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contro- ladora	Conso- lidado
Operações continuadas		
Receita (Nota 15).....		110.401
Custos de construção		
Lucro bruto		<u>(100.515)</u>
Despesas operacionais		9.886
Gerais e administrativas (Nota 16).....		(2.183)
Resultado de participação societária (Nota 10).....	4.075	
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	4.075	7.703
Resultado financeiro, líquido (Nota 17).....	(823)	(253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.252	7.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13).....		(124)
Lucro líquido do período	<u>3.252</u>	<u>7.327</u>
Atribuível a		
Acionistas da Companhia.....		3.252
Participação dos não controladores.....		4.075
		<u>7.327</u>
Lucro por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do período (expresso em R\$ por ação) (Nota 19).....		<u>0,85</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contro- ladora	Conso- lidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	3.252	7.451
Ajustes:		
Depreciação.....		3
Juros.....	817	13.079
Atualização do ativo financeiro (ICPC 01).....		(6.958)
Margem de construção.....		(3.711)
Tributos diferidos sobre atualização do ativo financeiro.....		783
Resultado de equivalência patrimonial.....	(4.075)	
	<u>(6)</u>	<u>10.647</u>
Variação dos ativos e passivos:		
Ativo financeiro da concessão.....		(100.515)
Tributos a recuperar.....		(74)
Estoque.....		(17.028)
Despesas antecipadas.....		1.826
Outros ativos.....		(64)
Fornecedores e outras contas a pagar.....		6.264
Obrigações trabalhistas e tributárias.....		237
Impostos, taxas e contribuições.....	44	177
Caixa líquido aplicado nas operações	<u>38</u>	<u>(98.530)</u>
Juros pagos.....		(5.348)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	<u>38</u>	<u>(103.878)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira.....		(18.690)
Adição imobilizado.....		(2)
Aporte de recursos em invetidas.....	(58.000)	
Caixa líquido pelas atividades de investimentos	<u>(58.000)</u>	<u>(2)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de financiamento.....	59.113	57.757
Aumento de capital social.....	1	59.302
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>59.114</u>	<u>117.059</u>
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas na consolidação, líquidas.....		31.992
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>1.152</u>	<u>(13.179)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.152</u>	<u>26.481</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A Integ- ralizar	Reserva legal	Reserva especial e de rea- lização de investimento	Lucro do período		
Em 23 de setembro de 2013 (data de constituição da Companhia)	1					1	1
Aumento de capital social (Nota 14).....	22.999	(21.969)			1.030	59.030	60.060
Lucro do período.....					3.252	4.075	7.327
Constituição de reservas.....			163	3.089	(3.252)		
Em 31 de dezembro de 2013	<u>23.000</u>	<u>(21.969)</u>	<u>163</u>	<u>3.089</u>	<u>4.283</u>	<u>63.105</u>	<u>67.388</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais – A OP Centro Administrativo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, constituída em 23 de setembro de 2013, inicialmente sob a denominação de Centrad Participações S.A., tendo como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, e podendo exercer as atividades do seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente, através de subsidiárias, ou através de participação no capital de outras sociedades. Em 31 de outubro de 2013, a Companhia passou por um processo de reestruturação societária, a qual está em linha com a definição estratégica da Organização de segregar as áreas específicas de negócios. Nessa data as acionistas, Odebrecht Participações Investimentos S.A. (“OPI”) – Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”), aumentaram o capital social da Companhia com ações da CENTRAD Holding S.A. (“CENTRAD Holding”), e a Companhia passou a ser controladora direta da CENTRAD Holding e indireta da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“CENTRAD”). Em 13 de dezembro de 2013, as ações da Companhia detidas pela OPI foram transferidas para Odebrecht S.A. (“ODB”), a qual passou a deter 95% das ações da Companhia. Nesta mesma data a ODB aumentou o capital social da Odebrecht Properties S.A. (“OP”) com essas mesmas ações e a OP passou a deter 95% das ações tornando-se a nova controladora da Companhia. A CENTRAD Holding foi constituída em 4 de junho de 2013, com sede no Distrito Federal e tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia. A CENTRAD Holding que teve suas ações subscritas e integralizadas em 31 de outubro de 2013 pelas acionistas OPI, CNO e a Via Engenharia S.A. (“VIA”), nas participações de 47,5%, 2,5%, 50%, respectivamente, mediante aporte da participação detidos na Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a CENTRAD Holding passou a deter 100% do capital da controladora direta CENTRAD, que tem sua sede em Brasília, Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal (“GDF”), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo de aplicação das políticas contábeis da Organização Odebrecht. Aquelas áreas que requerem maior nível de complexidade e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais permissões e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Em função de não haver outros resultados abrangentes no período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. (a) **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas** – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras individuais da controladora são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. **2 Consolidação** – As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: (a) **Controladas** – Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ao bem direto a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. (b) **Companhias consolidadas** – As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas em 31 de dezembro de 2013:

	Participação no capital social (%)
Controlada direta	
CENTRAD Holding.....	Brasil 50
Controlada indireta	
CENTRAD.....	Brasil 50

(*) O Acordo de Acionistas da Central Holding S.A. confere ao Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade em caso de empate proporcionando controle sobre a CENTRAD Holding e CENTRAD. (c) **Demonstrações financeiras individuais** – Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. (d) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** – Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC vigente a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. **2.3 Caixa e equivalente de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros** – **2.4.1 Classificação** – A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (a) **Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Ativo financeiro da concessão” e “Aplicação financeira” (Notas 6, 8 e 9). **2.5 Ativo financeiro da concessão** – O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do poder concedente, por meio do contrato de parceria público privado da controladora indireta CENTRAD com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (Nota 1). O ativo é reconhecido pelo fato da controladora possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção do Centro Administrativo. A parcela do ativo financeiro da concessão, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, está apresentada no ativo circulante. A parcela com prazo de recebimento superior a um ano está apresentada no ativo não circulante. Os montantes do ativo financeiro da concessão são inicialmente registrados pelos seus valores justos e subsequentemente pelo método do custo amortizado. **2.6 Estoques** – Os estoques são demonstrados ao custo, desde que inferiores ao valor de realização, e o método de avaliação dos estoques é o de média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção do Centro Administrativo (Nota 1), sendo classificados no ativo circulante, por serem utilizados em menos de 12 meses. **2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.8 Imobilizado** – O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros** – Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.10 Outros ativos** – Outros são ativos não apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso

normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12 Empréstimos e debêntures** – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captaidos (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Demais passivos circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data limite base. **2.14 Reconhecimento da receita** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e suas controladas. (a) **Receita de contratos de construção** – A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de construção de 0,7% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescida de 11,25% de impostos incidentes sobre o faturamento, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. (b) **Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro (Nota 2.5) representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. (c) **Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, e refere-se basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras. **2.15 Lucro (prejuízo) por ação** – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) (Nota 19 (a)). **2.16 Regime Tributário de Transição – RTT** – No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente demonstração financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros** – A Companhia e suas controladas verificam se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. (b) **Reconhecimento de Receita** – Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a controladora indireta CENTRAD utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. O ativo financeiro é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m. pela TIR (Taxa Interna de Retorno) da controladora. (c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos** – A controladora indireta CENTRAD, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para a recuperação ou liquidação desses valores. **4 Gestão de risco financeiro** – A Companhia e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (a) **Risco de liquidez** – É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. (b) **Risco com taxas de juros** – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. (c) **Risco de crédito** – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. (d) **Derivativos** – Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos. **4.2 Gestão de capital** – Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento consolidados da Companhia em 31 de dezembro podem ser assim sumarizados:

Total de empréstimos e debêntures (Nota 11)	468.533
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(26.481)
Menos aplicação financeira (Nota 8)	(18.690)
Dívida líquida	423.364
Total do patrimônio líquido	4.283
Total do capital	427.647
Índice de alavancagem financeira	99%

5 Instrumentos financeiros por categoria – A segregação dos instrumentos financeiros, consolidado por categoria, está apresentada abaixo:

	2013
Empréstimos e recebíveis	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa.....	26.481
Aplicação financeira.....	18.690
Ativo financeiro da concessão.....	537.028
	<u>582.199</u>
Outros passivos financeiros	
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos.....	365.839
Devedores.....	102.696
Fornecedores.....	7.455
	<u>475.990</u>

	Controladora	Consolidado
6 Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos.....	1.152	2.897
Aplicações financeiras (*).....		23.584
	<u>1.152</u>	<u>26.481</u>

7 Estoque

	Consolidado
2013	
2014	9.950
2015	5.701
2016	1.834
2017	4.811
	<u>22.296</u>

Materiais para instalações elétricas.....
Materiais para fachada e piso.....
Outros materiais.....
Adiantamento para estoque.....

8 Aplicação financeira – A controladora indireta CENTRAD possui o montante de R\$ 18.690, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, que é mantido como garantia de pagamento dos financiamentos, conforme previsto nos contratos firmados junto às instituições financeiras, sendo o montante principal de R\$ 16.417 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 2.273 remunerados a 100% do CDI.

9 Ativo financeiro da concessão – Refere-se ao direito de faturar do Contrato de Parceria Público Privado entre o Governo do Distrito Federal e a controladora indireta CENTRAD (Nota 1). Esse valor é reconhecido como um ativo financeiro referente à concessão recebida e é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m., de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

(i) Composição

	Consolidado
2013	
2014	537.028
2015	488.713
2016	448.315
2017	488.315

(ii) Prazo de recebimento – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015.....	161.909
2016.....	171.166
2017.....	155.240
	<u>488.315</u>

10 Investimento. (a) Informações sobre a controlada

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	Participação direta (%)	Patrimônio líquido	Lucro do período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2013 (*)
CENTRAD Holding.....	59.029.987	50	126.210	8.149

* Período que a controlada passou a ser controlada pela Companhia.
(b) Movimentação dos investimentos